

RESENHA

CHARBONNIER, Pierre. *Abundância e Liberdade. Uma história ambiental das ideias políticas*. Trad. de Fabio Mascaro Querido. São Paulo: Boitempo, 2021.

Douglas Anfra*

Antes que a pandemia se impusesse como a pauta mais importante e imediata de interesse público internacional, o aquecimento global e as mudanças climáticas em curso eram o principal debate político e científico de interesse planetário. Tudo leva a crer que, passada ou não a pandemia de Covid-19, ele voltará a ocupar esse posto proeminente – salvo se algo mais grave e urgente se afigure (apresentando-se como candidatos, por exemplo, um conflito nuclear e o fim da eficácia dos antibióticos). A atenção ao tema costuma convocar antes cientistas, ambientalistas, ecologistas, povos indígenas e comunidades tradicionais, populações de regiões costeiras, políticos de diversos partidos e ativistas de movimentos sociais, em esforços de intervenção e conscientização sobre o problema a partir do arco mais amplo possível de alian-

ças. O livro de Pierre Charbonnier causou impacto na França, porém, ao trazer o tema do impacto destas alterações ambientais drásticas de causa antrópica para um campo que pareceria inusitado: a filosofia e sua história, questionando os pressupostos que norteariam a formação do pensamento político moderno e propondo novas balizas a partir de seu reexame. Em suas palavras, seu desejo é o de “contribuir para a politização do problema ecológico e, de forma mais ampla, para a construção de uma reflexão coletiva sobre o que está acontecendo com o paradigma moderno de progresso” (CHARBONNIER, 2021, p. 14).

Publicado na França em 2019, *Abundância e liberdade* surgiu em um momento em que os efeitos sensíveis de alterações ambientais relacionadas ao aquecimento global se fazem presen-

*Professor temporário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Suzano. Doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: diaphonia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9053-8207>.

tes para além de indícios sutis decifrados por especialistas, quando entram em pauta orientações para a ação caso se materialize o pior cenário previsto pelos cientistas em torno do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). É nesse contexto que se debatem as coordenadas de uma nova política local e global (incluindo uma nova geoeologia política) implicando um novo arranjo para tudo que se entendeu até hoje como economia e organização das sociedades, povos, comunidades e estados nacionais, alguns dos quais já afetados direta ou indiretamente. Uma sinalização típica nesta direção se daria quando estados partidários deste consenso sinalizam acordos apenas com outros estados e comunidades de estados que aceitassem certificações e regulações específicas de controle ambiental e um compromisso na transição para matrizes produtivas e energéticas com redução de emissões.

Apesar disso, o quadro geral parece seguir as mesmas balizas neoliberais de outrora, adicionando-se a opção de uma amortização progressiva dos impactos ambientais, por meio de um mercado de “créditos de carbono”, dentre outros mecanismos de financeirização de serviços ambientais. Tais iniciativas, por sua vez, justificam politicamente a intervenção privada sobre áreas de proteção como parques nacionais, unidades de conservação e outros locais específicos dedicados à proteção ambiental (muitas vezes rejeitando até mesmo

a presença de populações tradicionais nestes locais), com a reiteração dos argumentos da “tragédia dos comuns” a ratificar a impossibilidade de uma gestão pública e comunitária desses recursos. Do ponto de vista econômico, apresenta-se a criação de mecanismos capazes de reduzir os fatores imprevisíveis da produção industrial, como as emissões de CO₂ e metano que geram o efeito estufa, que passariam de externalidades negativas para uma internalização a ser precificada. Tudo a ser resolvido pelo mercado sem qualquer alteração sensível no modo de vida, senão mais um fator no encarecimento das condições de vida, além de outros aspectos que já são indícios de externalidades negativas adicionais, como o esgotamento de recursos, como certas matrizes energéticas e mesmo alterações climáticas em curso.

E, claro, não se pode esquecer também de lugares em que, democraticamente ou não, os resultados das pesquisas científicas e os indícios apontados sobre alterações climáticas são negados, travando-se por todos os meios uma batalha pela manutenção do modo de vida atual. Isso se passa nos limites do que é possível ou não ser decidido entre alianças que permitem governos serem eleitos e empregos mantidos, em um contexto global de pessoas fora do mercado de trabalho e mesmo de direitos básicos, contexto ainda com brutal oscilação da demanda por matéria-prima bruta e mercadorias agropasto-

ris, extraídas nas condições mais desimpedidas e brutais de concorrência mercantil, apropriação privada, espoliação e privação de direitos, no fio que ainda se mantém lucrativo dentro da acumulação financeira global.

Tais fatores, somados a grande investimento em cientistas, políticos e formadores de opinião, exercem pressão constante, por sua vez, nos estados e na opinião pública. Porém, a despeito do que foi dito até aqui, as soluções e remédios surgem em termos muito mais simples ao grande público. Figuraram, muitas vezes, nos termos de “mera” mudança de “modo de vida” individual a ser adotada de modo consciente pelos indivíduos, portanto um problema ético, ou ainda como uma nova opinião ou mercadoria, a ser escolhida entre outras tantas no mercado.

Em suma, um enredo bastante familiar em inúmeras produções literárias e cinematográficas mais ou menos distópicas, em que uma ambiência insuportavelmente banal e familiar se articula com o choque em relação à possibilidade socialmente inevitável de destruição planetária iminente. Esse parece ser o campo onde as reflexões de Charbonnier se exercem e buscam produzir um sentido a partir da falta aparente de sentido de nossa situação:

a politização adequada da ecologia reside na lacuna que se abre entre essas duas dimensões da realidade histórica. O

entusiasmo angelical e as profecias sombrias do fim são, portanto, apenas duas interpretações caricaturais de uma realidade muito mais complexa, o que nos impele a reconsiderar o sentido que damos à liberdade em um momento em que as suas dependências ecológicas e econômicas colocam em perigo sua própria perpetuação (CHARBONNIER, 2021, p. 14).

Rejeitando fundamentar sua análise do ponto de vista de uma história das ideias, do que poderia apresentar como uma genealogia da “tomada de consciência ambiental” (CHARBONNIER, 2021, p. 28), da ecologia e das suas variantes políticas, a opção de Charbonnier é realizar uma crítica da constituição de noções que, a seu ver, seriam cindidas, e cuja definição envolve uma exterioridade intrínseca, como aquilo que, em geral, tratamos como natureza e sociedade, tomando como foco a questão política da separação entre *liberdade* e *abundância*. Sua posição parece ser, antes, a de uma crítica do pensamento ocidental de um ponto de vista interno, isto é, da própria constituição desses conceitos dentro da tradição que constitui o pensamento do autor, e não de uma exterioridade conceitual. Nesse sentido, a novidade trazida pela “história ambiental das ideias políticas” seria justamente o ponto de vista que recusaria a separação entre o homem e seu

ambiente como um pressuposto, conduzindo à necessidade de se levar em conta o contexto da aplicação dessas ideias.

O percurso dessa constituição envolve aspectos conceituais da filosofia, da sociologia e da teoria econômica e ambiental que construíram as balizas da separação entre o sujeito moderno autônomo que busca “constituir uma ordem absolutamente independente de qualquer determinação exógena, para se apresentar como uma realidade *sui generis* do ponto de vista ontológico e histórico” (CHARBONNIER, 2021, p. 40). Em outras palavras, um capítulo novo da crítica da modernidade, que busca, além disso, superar a clássica separação entre *ambiente* (ou *natureza*), e *sociedade* (ou cultura), destacando a questão da *abundância* como um fundamento crítico usado para fazer uma “contra-história” e rever tanto as consequências da colonização, da apropriação privada da natureza, da industrialização, como também de uma contradição intrínseca nas promessas utópicas modernas passando do liberalismo à tecnocracia industrial e ao socialismo.

O ponto de vista da história (ou da contra-história) das ideias políticas apresentada pode fazer o leitor sentir que caminha por um terreno irregular e acidentado dando muito mais importância ao entorno dos autores. Certamente, em um escopo tão amplo de tempo e entre tantos autores e temas, é difícil que conseguisse fazer justiça a

todos, padecendo de sumarizações um pouco apressadas, que talvez valessem uma reavaliação, como a caracterização de Herbert Marcuse de associar o paradigma extrativista ao campo da crítica social (237). Além disso, uma crítica feita a Charbonnier (CARDIÈRES, 2020) apontava que o autor contorna o debate engajado de tantos que lutam contra esta situação de absurdo a que estamos condenados por conta da emergência climática, de onde o livro se afasta, deixando ao final um paradoxo teórico quanto ao posicionamento político. Apesar disso, o texto tem o mérito de arriscar teoricamente trazer conceitos novos para ajudar no repertório crítico a respeito de nossa conjuntura climática.

O primeiro conceito importante, o de *liberdade*, é apresentado a partir da crítica de sua polissemia característica, seja a liberdade negativa (ou “liberdade de” na clássica definição de Isaiah Berlin), que se liberta da dominação e exploração, seja a liberdade positiva (“liberdade para”), enquanto capacidade de instituir e criar, de se emancipar e conquistar autonomia, dando ensejo à ideia de igualdade. O curto-circuito do ponto de vista da “história das ideias ambientais” é que essa relação de liberdade negativa e positiva se coloca não apenas em relação aos homens entre si, como pensamos hoje no campo da filosofia política, mas sobretudo em relação à disposição do ambiente e de todos os elementos, humanos ou não-

humanos, no caso do empreendimento colonial europeu, ilustrados pelo caso de John Locke e Hugo Grotius (no cap. 2). Quando a modernidade apresenta novas figurações da ideia de liberdade política, fazendo com que o homem busque escapar da injustiça, da opressão, da desigualdade e mesmo da uniformização (CHARBONNIER, 2021, p. 342), é justamente quando a dimensão geológica e ambiental do agir humano é abstraída, passando a se dispor da natureza como recurso livremente apropriável.

A isso se liga o segundo conceito importante tratado no livro, o de *abundância*, que é apresentado como a satisfação de todas as necessidades humanas e a emancipação do homem em relação às restrições físicas e materiais, que se materializariam de forma planetária no Antropoceno como um “sonho industrial da abundância” (CHARBONNIER, 2021, pp. 37-8), ou seja, uma concepção de que uma cornucópia industrial realizaria todos os desejos humanos, “eliminando as dependências que nos prendem ao mundo físico” (CHARBONNIER, 2021, p. 38). Liberdade e abundância “inevitavelmente se misturam” (CHARBONNIER, 2021, p. 116), com a própria liberdade se tornando um processo endógeno à conquista da abundância, tanto individual quanto coletiva, conforme é exposto no arco que vai do cap. 3, apoiado no exemplo de Adam Smith e Fichte, ao cap. 4, com Guizot, Jevons (sobre o qual comentarei

logo mais à frente) e Tocqueville.

Ao se apresentar uma continuidade entre o cap. 5, dedicado a Proudhon e Durkheim, o cap. 6, dedicado a Saint-Simon e Veblen, o cap. 7, dedicado a Marx e Karl Polanyi, e o cap. 8, dedicado a Herbert Marcuse, percebe-se o quanto a crítica ao sonho industrial de abundância distancia o autor não apenas da economia política, seja de feições liberais, tecnocráticas ou mesmo socialistas, como da própria crítica marxista da economia política. Isso se daria porque, segundo Charbonnier, essas concepções partilhariam de uma crença em uma infinita disponibilidade de recursos, faltando apenas os meios de se efetivar sua apropriação correta, aprimorando e tornando mais eficaz o processo produtivo de um ponto de vista social e tecnológico (CHARBONNIER, 2021, p. 158), em uma continuidade com o pensamento industrial de que o horizonte revolucionário “se produz contra as forças políticas geradas pela indústria, mas nas mesmas bases técnicas e materiais que outrora as alimentaram” (CHARBONNIER, 2021, p. 192). A crítica de Charbonnier é também a crítica a uma forma de progressismo social associado à uma concepção de progresso econômico que “tende a equiparar a garantia dos direitos à abundância material” (CHARBONNIER, 2021, p. 229), permanecendo com o problema herdado das promessas de emancipação industrial, mesmo num caso tão insuspeito como o de Herbert Marcuse

(junto à Escola de Frankfurt, André Gorz e aparentemente toda a geração que emergiu no entorno das barricadas de 1968).

Assim, fica claro o quanto a história ambiental das ideias políticas não é uma crítica de uma ideologia que simplesmente escamoteia, distorce, inverte ou impossibilita a compreensão das relações sociais em relação ao ambiente, se o que estiver implícito como compreensão da totalidade social envolva a abstração do “custo ecológico”, e na crença de que a emancipação da sociedade para além do capitalismo dependa do desenvolvimento das forças produtivas por parte do capitalismo, já que emerge como possibilidade o esgotamento da natureza enquanto condição de realização da vida e da emancipação. Esta visão atingiria não apenas uma visão socialista escatológica que espera haver um mundo ao final do capitalismo, como também de uma possível reedição mais eficaz da planificação socialista que fosse capaz de incorporar a gestão social e da natureza, especialmente se a natureza continuasse incorporada ao processo de produção global enquanto mero recurso disponível.

Apesar de problemática em alguns aspectos, parte dessa leitura é aplicável ao problema da crença em uma infinita disponibilidade de recursos naturais vistos como matéria-prima elástica

não apenas por parte da economia marginalista, mas também no marxismo, e mesmo na economia ecológica, quando partilham da crença da infinita substituíbilidade de recursos ou quando projetam no futuro a garantia dos meios técnicos que permitam substituir certos recursos como a energia. Esse é um dos momentos em que a história ambiental das ideias políticas de Charbonnier sai do campo da filosofia política, propriamente, e incorpora aspectos relevantes da economia e de alguns tópicos do debate ecológico que são igualmente criticados.

Torna-se importante, nesse sentido, a abordagem da energia fóssil feita por William Stanley Jevons¹, e apresentada no cap. 4, enquanto fonte disponível eficaz e barata de energia no núcleo do modo de vida industrial, obrigando à defesa de suas fontes e de seu uso, assim como da necessidade de uma busca por sua substituição, já que o seu esgotamento sinaliza uma catástrofe política e social. Além disso, coloca-se o problema do chamado paradoxo de Jevons (ou efeito rebote), em que o uso mais eficiente de energia por meio de melhorias tecnológicas não produziria um menor consumo total de energia, mas sim o seu aumento (CHARBONNIER, 2021, p. 110), o que se torna até hoje um ponto que desafia um dos aspectos principais da vertente liberal

¹Agradeço aqui a Nilton Amado Bispo, pesquisador do IEE-USP, pelas preciosas orientações sobre a relação entre política e energia incluindo as perturbadoras referências feitas anos atrás à importância de Jevons e Georgescu-Roegen..

da economia ecológica: produtos ambientalmente responsáveis, como carros elétricos e outros, produziram em escala mais ampla um maior consumo de recursos ambientais necessários para produzi-los e ainda mais energia?

Do mesmo modo, no cap. 9, não escapa a Charbonnier a importância de Nicholas Georgescu-Roegen, raramente citado na filosofia, mas que é um dos nomes fundamentais da economia ecológica, com o seu clássico *A lei da entropia e o processo econômico* (originalmente publicado em 1971). Nesse livro, Georgescu-Roegen reconheceu uma possível exaustão dos recursos naturais, já que esses materiais com o tempo seriam degradados de modo irreversível ao entrar no processo econômico e consumindo cada vez mais energia em seu processo (limitando inclusive a possibilidade de reciclagem). Assim, a economia como um todo conduziria a uma crescente entropia até que, em um determinado ponto no futuro, este nosso planeta finito não poderia suportar nossa vida. Essa questão tem como consequência o fato de que a economia não poderia se medir pelos indicadores atuais, como o PIB (CHARBONNIER, 2021, p. 256) mantendo-se a relação atual da economia com o consumo de recursos.

Os problemas envolvidos no conflito entre as disposições atuais da econo-

mia, que passaria pela constatação de nosso estatuto político de indecisão, somados às perspectivas sobre o futuro mostram, em parte, a armação da relação paradoxal que vivemos colocando em conflito a liberdade e a possibilidade de manutenção da vida. Esta questão surge quando da constatação do aquecimento global em alerta máximo, somada a uma economia que tenta contornar seus efeitos por mecanismos que parecem insuficientes mantendo-se dentro de um limiar de risco catastrófico calculado a que estamos expostos. As decisões políticas são tomadas no limiar de uma possível política de exceção que testa os limites da autoridade científica e do Estado social (CHARBONNIER, 2021, p. 264) dentro do espaço exíguo em que até então se constituiu uma relativa autonomia política.

A necessidade de mitigação dos impactos ambientais por meio da articulação entre lideranças políticas e forças econômicas diversas desperta, entre os defensores do liberalismo, o fantasma de uma forma de governança ultraconservadora que sacrificasse não a abundância em nome da liberdade, mas ambas, sob a luz de um “fascismo verde”², ou como o “velho demônio da heteronomia” (CHARBONNIER, 2021, p. 261). Se tais ponderações podem soar por demais alienígenas aos nossos ouvidos,

²Esse tema aparece na primeira edição do livro, em francês (CHARBONNIER, 2020, pp. 333-4), mas não parece figurar na versão traduzida para o português.

acostumados a um governo que aposta na manutenção do regime de acumulação sem limites, por outro lado, elas podem representar uma forma perigosa de orientação política futura em uma versão autoritária da política econômica nacional e internacional ao sinalizar um controle político para garantir limites, desaceleração do processo produtivo e mesmo decréscimo que atinja classes sociais ou países específicos, em um processo de pauperização calculado e desigual. Isso fica claro se pensarmos no exemplo de associações políticas populistas e autoritárias que optem pela gestão das populações em termos ecologicamente eficientes, mas autoritários e desiguais.

Antes de tratar da conclusão política do livro, é importante destacar outro conceito-chave, que é o uso político do conceito de *affordance* (CHARBONNIER, 2021, p. 31), que aparece principalmente como *affordance* política da terra (CHARBONNIER, 2021, p. 45). Esse conceito surge na psicologia *gestalt* com a pesquisa de James J. Gibson, em *The Ecological Approach to Visual Perception* (1986). Essa teoria descreve a relação entre os seres vivos e o ambiente que os envolve, a partir da interação entre os indivíduos e os objetos presentes nesses ambientes como um tipo de disposição de um determinado ambiente ao indivíduo. A dificuldade em sua tradução deve-se a seu sentido variar conforme o contexto do indivíduo que percebe e interage

os objetos dentro do ambiente ao usá-los e manipulá-los, podendo variar entre “reconhecimento”, “interação” “recurso”, “disposição”, “oportunidade”, “prontidão” etc.

No livro de Charbonnier, a ideia de *affordance* parece dar a entender justamente essa relação polissêmica de disposição para a ação possível no ambiente e tudo que há nele, mas que não é percebido como conjunto de objetos físicos, senão a partir do que se faz com eles, e estendendo a possibilidade de ação no ambiente a partir deles. Desse modo, se for correto o paralelo com a psicologia ecológica, derivando-se daí suas implicações, parte-se do pressuposto de que o sujeito ao longo da história dispõe do ambiente para a constituição do seu modo de vida sem necessidade de que este seja um processo propriamente consciente.

Esse elemento pode ser usado para compreender o método presente no livro de Charbonnier enquanto um desenvolvimento interessante de feição fenomenológica, na medida em que apresenta a construção conceitual de sentido em relação ao ambiente humano, ou seja, uma forma de consciência em relação à disposição do ambiente enquanto *affordance* que produz novos “modos de vida”, levando a dimensão crítica da filosofia para além do aspecto específico da doutrina filosófica. Isso explica o modo como aparecem os contextos políticos e individuais dos autores junto às suas teorias e, além disso,

as possíveis consequências dessas teorias enquanto produtoras ou parte de um contexto de produção de múltiplos “modos de existência”, ou formas de se viver que seriam possíveis no contexto do nascimento da modernidade que se tornam disposições não apenas do ambiente, mas dos sujeitos. Esse percurso pode ficar mais claro se associamos tal aspecto à concepção de Bruno Latour (com base em Gilbert Simondon) (2012) a respeito da ideia de um modo de existência que se cria não apenas da técnica quanto do “modo de vida” propriamente modernos e em um sentido amplo, para onde poderíamos carregar as implicações dos conceitos apresentados por Charbonnier em que se associam a abundância e a liberdade.

No cap. 10, Pierre Charbonnier deixa mais explícitas as referências que o inspiraram a escrever sua crítica, destacando Bruno Latour, Philippe Descola e Eduardo Viveiros de Castro (CHARBONNIER, 2021, pp. 291-3), como horizonte da superação da cisão entre sociedade e ambiente (onde Descola diria *natureza e cultura*), e a “colapsologia” (CHARBONNIER, 2021, pp. 271-2), que, apesar de assumir o risco climático, impedia o devido reconhecimento do horizonte político. Mais à frente, observa-se o impacto de textos que lidaram com o tema da ecologia segundo as coordenadas políticas do Sul Global, como o clássico balanço das lutas políticas em torno de temas ambientais feito por Joan Martinez Alier, em *Ecologismo*

dos pobres, e o *Bem Viver*, de Alberto Costa. Essas e outras obras são utilizadas por Charbonnier como apoio à relativização da orientação política moderna e à rejeição da transformação da proteção ambiental em um tipo de ativo econômico incorporado à mesma lógica que produziu a emergência climática. Trata-se de buscar, entre outras coisas, novas referências críticas no campo político e econômico, como o reconhecimento da desigualdade ecológica das relações econômicas enquanto uma herança persistente da colonização dentro da chave da ideia de rearticulação entre sociedade-natureza que supere o paradigma extrativo presente mesmo entre os governos que se ocupem em mitigar os impactos negativos da desigualdade social.

Após o cap. 11, que serve como um resumo do argumento de Charbonnier e conclui pela defesa da autonomia sem abundância, temos por fim a conclusão, em que o autor aponta a necessidade de um novo ator político coletivo que seja capaz de responder à emergência climática, rejeitando a ideia de abundância e apropriação individual ao mesmo tempo em que se manteria a defesa da liberdade. Desse sujeito, do qual até o momento só poderíamos notar indícios de sua emergência, sabemos apenas das determinações negativas a serem cumpridas para conseguir responder aos imensos desafios trazidos pela emergência climática, dentre os quais o limite da consciência determinada pela

constituição da história ambiental de nossas ideias políticas e pelo próprio modo de vida ao qual este sujeito é submetido.

O que bloqueia a emergência de um pensamento político ajustado à crise climática não é apenas, portanto, o capitalismo e seus excessos. É também, em parte, o próprio sentido da emancipação do qual somos herdeiros, construído sob a matriz industrial e producionista e que resultou no estabelecimento de mecanismos de proteção ainda dependentes do reinado do crescimento. O obstáculo está em nós, entre nós: em nossas leis, em nossas instituições, e não em um espectro econômico sobranceiro que se poderia denunciar confortavelmente do exterior. O Estado social, apesar de seus imensos benefícios, ajudou, por exemplo, a consolidar os objetivos de desempenho econômico que condicionam seu financiamento e que, por isso mesmo, provocam a concorrência entre riscos sociais e riscos ecológicos (CHARBONNIER, 2021, p. 344).

É possível dizer, ao observar as referências indicadas na conclusão, o quanto há em Charbonnier de provincialização (para fazer uma referência

a uma caracterização que aparece no cap. 10), tornando possível localizar na conjuntura francesa muitos pontos do debate que trouxe, destacando de onde ele mesmo parte e que aparece em muitas referências ao longo do livro, como na menção à questão camponesa. Particularmente, se pensamos no conceito de *abundância*, do ponto de vista do Sul Global onde a questão da fome reemerge (muitas vezes mitigada como subnutrição), poderíamos dizer que se trata de alguém em um país do norte desenvolvido ponderando as consequências da emergência climática e abstraindo a diferença de classe e nacionalidade ao apontar a ideia de abundância num contexto de escassez e desigualdade como um dos problemas intrínsecos ao projeto moderno. No entanto, o ponto de vista crítico ao conceito de *abundância e liberdade* apresentados em Charbonnier possui um aspecto forte, mesmo observado sob outra ótica, no que poderia ter seu sentido um pouco mais precisado ou redefinido. Por exemplo, poderíamos dar um passo além e situar a ideia de *abundância* em relação a determinado *modo de vida*, como a insustentabilidade da reprodução da abundância intrínseca ao modo de vida de países desenvolvidos, como parece mostrar o reiterado exemplo da inviabilidade da eventual reprodução do modo de vida estadunidense por parte de todos os habitantes do planeta, por falta de recursos naturais para tanto, que se costuma medir em termos

de planetas adicionais que seriam necessários para suprir tal demanda.

Em particular, um exemplo da aplicação da crítica de Charbonnier pode ser útil para tratar de um caso mais próximo: o da associação, na América Latina, entre progressismo, movimentos populares trabalhistas, social-democratas e movimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais, que deram ensejo a iniciativas audaciosas (e algumas das quais inspiraram parte das concepções do livro), como a articulação política em torno do *Bem Viver* e do reconhecimento da natureza como sujeito de direito nas constituições da Bolívia e do Equador, que indicariam um modo de vida distinto em termos de abundância. No entanto, se realizássemos um balanço mais geral em termos de alterações climáticas, ambas as economias estão inseridas internacionalmente de modo dependente da exportação de energia fóssil. O fim dessa dependência se resolveria com uma mudança de modo de vida que separasse abundância e liberdade, mas qual seria o foco desta mudança política? Isto deveria ocorrer superando o paradigma extrativo no quadro nacional no Equador e na Bolívia, nos países importadores dessa energia ou numa rearticulação internacional das relações de trocas entre os países?

Finalmente, no quadro de uma possível história ambiental das ideias políticas brasileiras, vale lembrar que o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) foi

portador de um projeto ecológico e social, por mais que isso pareça estranho a um leitor contemporâneo. Esse projeto envolvia, por exemplo, o respeito aos povos indígenas, buscando parcerias em que os conhecimentos tradicionais (principalmente de biotecnologia) contribuiriam para promover um desenvolvimento de face humana, que por sua vez faria com que a economia nacional beneficiasse tais povos. O projeto do PT também passava por uma ecologia política socialista, a partir da luta e das ideias dos seringueiros do Acre, e de lideranças como a de Chico Mendes (o que é explícito na “Carta aos Jovens do Futuro”). Não se pode esquecer, tampouco, da ideia de uma regeneração dos biomas, sugerida por um dos grandes geógrafos e pensadores do país, Aziz Ab’Saber, ou ainda a ideia da reforma agrária como perspectiva de rejeição do latifúndio monocultor em prol de outra matriz produtiva capitaneada por movimentos sociais mantendo a proteção da variabilidade de cultivares e de áreas de proteção.

Essa utopia de um projeto nacional e ecológico durou pouco, e sequer chegou ao governo, dando lugar à participação direta de grandes empresários “extrativos” como participantes na destruição ecológica, compensada com a promessa de alguma mitigação social, pelo menos até pouco tempo atrás. Nesses marcos, sucede também o naufrágio de outros debates, que pareciam prometer algum tipo de redenção após o

sacrifício (ou traição) pontual de populações tradicionais de certas regiões de “interesse estratégico nacional”, para a criação de uma economia calcada em uma geração potencialmente gigantesca de energia elétrica, capaz de baratear os custos de produção e reduzir a pressão sobre o trabalho, promovendo uma nova matriz produtiva. Ao fim e ao cabo, saudada a contribuição dos povos e comunidades tradicionais na figura do conhecimento que aportaram ao projeto nacional – no passado, e não no presente –, Belo Monte mostrou o quanto esse projeto desenvolvimentista com emissões de carbono reduzidas seria mais uma ilusão criada por empreiteiras e pela política tradicional. Viuse, assim, como o custoso sacrifício, afinal, também era em vão, tornando-se apenas mais um experimento catastrófico de apropriação da natureza, sempre vista como algo externo e um recurso a mais, infinitamente disponível.

Que o resultado posterior fosse ainda mais catastrófico de um ponto de vista ambiental e que esse processo testemunhasse o sacrifício dos meios ambientais e da contribuição para a emergência climática, a despeito da resistência contra a perspectiva de abundância de uma utopia industrial, isso não impediu que hoje testemunhemos a aspira-

ção de uma economia extrativa como uma paradoxal mitigação das condições impostas por uma economia baseada na apropriação privada e destruição de recursos naturais.

A pergunta que fica para nós é como a perspectiva de um sujeito político do Sul Global que recuse a abundância e afirme a liberdade poderia rejeitar o extrativismo implícito nos governos social-democratas, trabalhistas e populistas do Sul Global sem cair nas garras de uma forma de governo extrativista e autoritário, senão fascista? Isso faz pensar se não estaríamos posicionados numa forma invertida do dilema colocado por Charbonnier, quando inexistente a recusa do extrativismo com ou sem abundância como opção dentro do nosso cambaleante sistema político. E mais, se o que aparece em termos de uma opção pela rejeição da abundância enquanto se realiza a defesa da liberdade a partir de um determinado modo de vida, não oculte a questão da transformação do próprio modo de vida (entre múltiplos modos de existência possíveis), o que faria com que a crítica revolucionária que estivesse atenta ao meio ambiente, e que fosse crítica do modo de vida sob o capitalismo, talvez não tenha dado ainda sua última palavra.

Referências

- ACOSTA, A. *O Bem viver – uma oportunidade para pensar outros mundos*. Trad. de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.
- ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Trad. de Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

- CARDIÈRES, O. “Pierre Charbonnier ou le triomphe de l’opportunisme”. In: *Le Partage*, 11/01/2020. Disponível em [https://www.partage-le.com/2020/01/11/pierre-charbonnier-ou-le-triomphe-de-loportunisme-par-olivier-cardieres/?utm_source=pocket_mylistfbclid=IwAR1Ud4AaLi4JH7XsMYvC7CZIHPpHGKXPicHmTW43KDQVfzYNmBzySDHq3Y]: acesso em [11/04/2021].
- CHARBONNIER, P. *Abondance et liberté. Une histoire environnementale des idées politiques*. Paris: La Découverte, 2020.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Nova Iorque: toExcell, 1999 [1971].
- GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, 1986 [1979].
- LATOUR, B. *Enquête sur les modes d’existence : Une anthropologie des modernes*. Paris: La Découverte, 2012.

Recebido: 10/02/2021
Aprovado: 30/07/2021
Publicado: 31/08/2021

